



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves

RECEBIDO EM:

21.07.2014

AS 09:55 Horas

Ass.: [assinatura]

PARECER nº 145/2014

Processo nº 159/2014

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 96/2014, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que **AUTORIZA O MUNICÍPIO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 90.614,27.**

O presente Projeto de Lei, visa autorizar o Município a abrir um crédito especial no valor de **R\$ 90.614,27 (Noventa mil, seiscientos e quatorze reais e vinte e sete centavos)**, na unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura, na conta Projeto/Atividade 1286 - Agentes de Leitura, na Categoria 3.3.30.93 - Indenizações e Restituições - 1428, em virtude da necessidade para promover a restituição dos recursos advindos do Programa referentes ao exercício anterior, conforme previsto no Convênio nº 743753, firmado com o Ministério da Cultura.

Os recursos objetivavam a implantação do Programa Mais Cultura no Município de Bento Gonçalves - Ação Agentes de Leitura, visando oferecer às famílias, preferencialmente oriundas do Programa Bolsa Família, em atividades relacionadas ao estímulo à leitura, à dinamização de acervos e de práticas leitoras compartilhadas, bem como ação cultural como estratégia para inclusão social e desenvolvimento humano.

Porém, em março de 2013, no início da nova administração municipal, foram realizadas reuniões entre as Secretarias para verificar a situação financeira do Convênio, sendo que no intervalo entre o Curso de Formação de Agentes de Leitura e as definições administrativas, os 12 (doze) Agentes concluintes do curso foram buscando outras oportunidades de estágio e ocupação, restando apenas 1 (um) agente disposto a prosseguir no projeto, número este considerado inviável para as devidas execuções do mesmo.

Portanto, com a inviabilização do projeto, tendo o prazo se expirado em 25 de abril de 2014, o Ministério da Cultura cientificou o Município, através do Ofício nº 11/2014-CGL/DLLL/B/FBN, para que fosse efetuada a prestação de contas a fim de restituir os recursos, conforme os termos do art. 56 da Portaria MPOG/MF/CGU Nº 127/2008.

O Artigo 2º do Projeto de Lei em análise, determina que servirá de recurso para cobertura do crédito especial de que trata o Artigo 1º, o *superávit* financeiro apurado na fonte de recursos nominada.



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

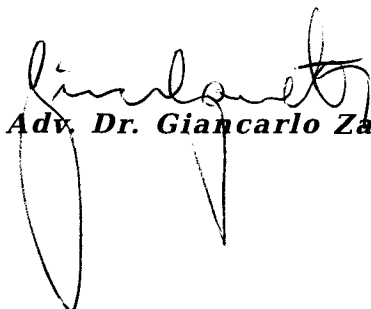
Desta feita, considerando os aspectos acima, esta Assessoria entende que, do ponto de vista jurídico, o presente Projeto de Lei, que **AUTORIZA O MUNICÍPIO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 90.614,27**, apresenta condições regulares de tramitação e votação.

s. m. j., é o parecer.

PALÁCIO 11 DE OUTUBRO, aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.


Adv. Dr. Jaime Zandonai

OAB/RS 38.659


Adv. Dr. Giancarlo Zanette

OAB/RS 28.878